



13 DE JANEIRO 2009
Terça-feira

- **SINDIMETAL ALERTA PARA SUSPENSÕES TEMPORÁRIAS E ACORDOS DE REDUÇÃO DE JORNADA**
 - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE OD SINDMETAL/ PR
- **PARANÁ PERDEU ATÉ 60 MIL VAGAS EM DEZEMBRO**
- **LUPI QUER CONTRAPARTIDA DE EMPRESAS NO EMPREGO**
- **EMPREGO NA INDÚSTRIA TEM MAIOR QUEDA MENSAL EM CINCO ANOS**
- **FOLHA DE PAGAMENTO CAIU PELO 2º MÊS SEGUIDO**
- **DADOS DA INDÚSTRIA SINALIZAM QUE PAÍS CAMINHA PARA RECESSÃO, DIZ ECONOMISTA**
- **GM DISPENSA NO INTERIOR PAULISTA; NA CAPITAL, MAIS SUSPENSÕES DE CONTRATOS**
- **DEMISSÕES NA GM CAUSAM MAL-ESTAR NA FAZENDA**
- **GM NÃO RENOVA CONTRATOS DE 744 TEMPORÁRIOS**
- **VOLKSWAGEN FECHA ANO COM VENDAS RECORDES NO MUNDO**
- **EMPRESA EVITA MULTA DA LEI DE COTAS**
- **GOVERNO DETERMINA A INCIDÊNCIA SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO**
- **HOMOLOGAÇÃO: QUITAÇÃO GERAL ENGLOBA DANO MORAL E MATERIAL**
- **ESTADO REDUZ A CARGA TRIBUTÁRIA DE PRODUTOS DE CONSUMO POPULAR**
- **RITMO DE IMPORTAÇÃO SURPREENDE ESPECIALISTAS**

Câmbio		
Em 12/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,296	2,296
Euro	3,075	3,076

SINDIMETAL ALERTA PARA SUSPENSÕES TEMPORÁRIAS E ACORDOS DE REDUÇÃO DE JORNADA

➤ ENTREVISTA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DO SINDIMETAL/ PR

12/01/2009 – Site Jornale – Mirian Gasparin

As negociações de reajustes salariais em tempo de crise financeira são difíceis para ambos os lados. As empresas estão cortando gastos e pensando em possíveis demissões para conseguir driblar os problemas. Já os trabalhadores estão cada vez mais apreensivos. Segundo **Roberto Karam, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná (Sindimetal/PR)**, as negociações realizadas até este momento ajudam a todos, mas é preciso ter cautela. De acordo com ele, as empresas da categoria metal-mecânica estão preocupadas com a situação. Ano passado apostaram em férias coletivas e esperaram uma resposta do mercado para início de 2009.

Neste início de ano, começam a surgir outras ações na tentativa de driblar a crise e manter os contratos de trabalho.

Karam afirma que a primeira ação é a redução da jornada com redução de salários, prevista na Lei 4923/65. Tal medida, segundo a documentação arquivada no sindicato, foi muito utilizada no início do ano de 1990, em razão dos efeitos do chamado "Plano Collor". A segunda é a suspensão temporária dos contratos de trabalho vinculada à oferta de qualificação profissional, prevista no art. 476-A, da CLT. No caso da suspensão dos contratos, o Ministério do Trabalho (MTE) já está cogitando uma regulamentação mais detalhada para a medida.

Algumas empresas já estão firmando acordos com os sindicatos de trabalhadores para poder se valer da qualificação com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), antes de emitir novas cartas de demissão. Para **Karam**, esta é melhor alternativa neste momento, mas, em ambas as escolhas é preciso estar atento para requisitos contidos na Lei, para não ter problemas futuros. "Os empresários devem estar cientes de que, se precisar demitir empregados durante a suspensão do contrato, ou nos três meses subsequentes, estarão sujeitos ao pagamento das parcelas indenizatórias e multa de, no mínimo, 100% sobre o valor da última remuneração anterior à suspensão. Assim, é importante o empresário analisar previamente a situação para não assumir compromissos que, eventualmente, não possam ser cumpridos futuramente", avisa.

De acordo com o presidente do Sindimetal, trabalhadores e empresas devem buscar alternativas, sejam legais, ou através da negociação, para manter os empregos, uma vez que já estão ocorrendo cortes de pessoal. Ele alerta que a crise econômica é fato público e notório. As empresas que no início do ano passado comemoravam resultados, já estão repensando investimentos.

PARANÁ PERDEU ATÉ 60 MIL VAGAS EM DEZEMBRO

13/01/2009 – Gazeta do Povo

O mercado de trabalho sentiu fortemente o baque da crise econômica em dezembro e a expectativa é de que o Brasil poderá ter perdido cerca de 600 mil vagas com carteira assinada, quase o dobro do que o normal nessa época do ano, quando as empresas tradicionalmente dispensam os empregados temporários. O Paraná, que geralmente representa entre 7% e 10% do total nacional, poderá ter cortado, de acordo com essa conta, entre 42 mil e 60 mil vagas no mês passado. Em 2007, na

mesma época, foram fechados 31 mil empregos. Os números oficiais do Ministério do Trabalho serão conhecidos até o fim de janeiro.

“Com certeza teremos um aumento significativo no saldo negativo em dezembro por conta da crise econômica”, prevê Sandro Silva, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A crise atropelou as previsões de recorde de geração de emprego em 2008. Segundo Silva, dificilmente o estado vai cumprir a meta de superar o número de 2004, quando o saldo ficou positivo em 122,6 mil vagas. A estimativa do mercado – o Dieese não faz projeções – agora é que esse número fique entre 100 mil e 118 mil em 2008. Ainda assim será o terceiro maior saldo nos últimos quatro anos – atrás de 2004 e 2007.

Na semana passada, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, revelou que o Brasil deverá fechar os dados de 2008 com o acréscimo de 1,5 milhão de empregos, bem menos do que a previsão inicial, que apontava para uma geração de 2 milhões de vagas. Para 2009, há uma previsão de que esse montante fique em 1,2 milhão de vagas.

“O último trimestre de 2008 foi o fundo do poço para o emprego. As empresas paralisaram projetos e começaram a demitir. Esse quadro, nessa proporção, não deve se repetir durante todo o ano de 2009, mas teremos ainda um primeiro trimestre difícil”, prevê Silva.

Os primeiros sinais de desaceleração começaram a aparecer em outubro no Paraná, quando houve uma queda de 54% no saldo de vagas com carteira assinada – para 6 mil – em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O quadro piorou em novembro, que registrou o fechamento de 172 vagas, puxado por demissões nos setores de madeira e mobiliário, construção civil, material de transporte, indústria química e farmacêutica, vestuário e têxtil e de alimentos. “O recuo se deu principalmente em setores afetados pela escassez do crédito e pela queda nas exportações” diz Sandro Silva, do Dieese. No Brasil, foram fechados 40 mil empregos, o primeiro recuo desde 2002.

De acordo com o economista José Pio Martins, professor da Universidade Positivo, o Brasil precisa gerar entre 1,6 milhão e 1,7 milhão de empregos para atender à população que ingressa todo o ano no mercado de trabalho. “Sem isso, o desemprego aumenta”, diz. Para o professor, além de gerar desemprego, a crise também deve provocar o crescimento da informalidade.

LUPI QUER CONTRAPARTIDA DE EMPRESAS NO EMPREGO

13/01/2009 – Estadão

BRASÍLIA - O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, voltou a defender hoje a exigência de contrapartidas sociais - como manutenção dos empregos - das empresas que forem beneficiadas pelas ações do governo, como desoneração de impostos e liberação de recursos para empréstimos.

Diante das recentes notícias de que empresas como a montadora GM estão demitindo trabalhadores, apesar da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 31 de março na venda de veículos novos, Lupi afirmou que "não há motivos para algumas empresas demitirem". E completou: "Não pode o governo brasileiro investir bilhões de dinheiro público para empresas saírem de dificuldades e ainda assim essas

empresas continuarem demitindo", afirmou Lupi, em rápida entrevista na porta do Ministério do Trabalho, após receber representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que levaram ao ministro propostas de ações por parte do governo para interromper o ritmo das demissões.

Uma das sugestões do central sindical é a exigência de que as empresas que receberem recursos ou benefícios públicos sejam obrigadas a garantir contratualmente os empregos. Segundo Lupi, ainda não há uma decisão sobre como isso pode ser feito, mas citou como exemplo de "incentivo" a alternativa de suspensão do crédito, caso ocorram demissões.

EMPREGO NA INDÚSTRIA TEM MAIOR QUEDA MENSAL EM CINCO ANOS

13/01/2009 – Valor Econômico

O emprego na indústria brasileira caiu em novembro no maior ritmo em 5 anos, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira, 13. O período costuma ser ruim para o setor, que demite temporários contratados poucos meses antes em meio às encomendas do varejo para as festas de fim de ano, mas a situação foi agravada pela crise global.

O emprego caiu 0,6% em novembro ante outubro - a maior queda desde outubro de 2003 -, mas manteve-se positivo na comparação anual, crescendo 0,4%. Apesar de positiva, a taxa contra novembro de 2007 foi a menor desde outubro de 2006. De janeiro a novembro do ano passado, o emprego no setor acumulou alta de 2,4% e em 12 meses, de 2,5%.

Renda

O valor real da folha de pagamento caiu 2,7% em novembro ante outubro, na série com ajuste sazonal, no segundo resultado negativo consecutivo ante mês anterior. Nos principais confrontos com iguais períodos do ano passado, os resultados da folha prosseguiram positivos: 4,1% frente a novembro de 2007, de 6,3% no acumulado no ano e também de 6,3% nos últimos 12 meses.

Já o número de horas pagas na indústria caiu 1,7% em novembro ante outubro, na série com ajuste sazonal. Os técnicos do instituto destacam que essa "foi a maior queda em toda a série histórica iniciada em janeiro de 2001".

Eles explicam, no documento de divulgação da pesquisa, que "as paralisações na produção e a concessão de férias coletivas não planejadas marcaram o setor industrial a partir de outubro, se ampliaram em novembro e estão na base dessa variação recorde".

Na comparação com novembro de 2007, o número de horas pagas recuou 0,4%, interrompendo um ciclo de 29 meses de taxas positivas e registrou o menor resultado ante igual mês de ano anterior desde novembro de 2005 (-0,6%). Os indicadores para períodos mais abrangentes foram positivos: 2,3% no acumulado do ano e 2,3% nos últimos 12 meses.

Perda de dinamismo

Os resultados do mercado de trabalho industrial em novembro, sobretudo os relativos às horas pagas, refletem a perda de dinamismo na atividade do setor, segundo observou o economista da coordenação de indústria do IBGE, André Macedo. "Os dados vieram em linha com o atual momento da produção industrial, especialmente o

número de horas pagas, que é o principal indicador antecedente do emprego no setor, com efeito futuro no pessoal ocupado", disse.

Macedo sublinhou que os setores que mostraram desaceleração mais forte no número de horas pagas foram exatamente aqueles que refletiram com maior intensidade, em novembro, os efeitos da crise, como a indústria automobilística e de bens duráveis.

"Vale destacar que os setores de meios de transporte e de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos, que mostraram acréscimo de 0,6% em novembro e vinham liderando o crescimento nacional, apontaram clara redução no ritmo de expansão frente aos resultados de meses anteriores", destacou Macedo.

Além do número de horas pagas, que reflete imediatamente as paralisações e férias coletivas na indústria, os dados do emprego industrial e da folha de pagamento também mostraram desaceleração nos resultados, como observou Macedo.

No caso do emprego, Macedo também destacou a forte desaceleração nos resultados, especialmente no segmento de meios de transporte (inclui automóveis, caminhões, autopeças), que vinha com um aumento de 7,1% no emprego em outubro - quando a indústria desse setor já mostrava perda de ritmo - e recuou para uma alta de quase a metade (4,1%) em novembro.

A indústria automobilística também pode ter sido responsável, segundo Macedo, pelo mau desempenho da folha real de pagamento da indústria em novembro, que teve recuo de 2,7% ante outubro. Segundo ele, como esse segmento paga salários mais elevados do que a média da indústria, a perda de dinamismo setorial pode ter tido impacto negativo nos resultados gerais da folha.

FOLHA DE PAGAMENTO CAIU PELO 2º MÊS SEGUIDO

13/01/2009 – O Estado do Paraná

O valor real da folha de pagamento da indústria caiu 2,7% em novembro ante outubro, na série com ajuste sazonal, segundo o IBGE, no segundo resultado negativo consecutivo ante mês anterior. O índice de média móvel trimestral da folha, segundo os técnicos do instituto, "ficou virtualmente estável", com recuo de 0,1% no trimestre encerrado em novembro ante o terminado em outubro.

Nos principais confrontos com iguais períodos do ano passado, os resultados da folha prosseguiram positivos: 4,1% frente a novembro de 2007, de 6,3% no acumulado no ano e também de 6,3% nos últimos 12 meses.

O número de horas pagas na indústria caiu 1,7% em novembro, ante outubro, na série com ajuste sazonal. Os técnicos do instituto destacam que essa "foi a maior queda em toda a série histórica iniciada em janeiro de 2001". Eles explicam, no documento de divulgação da pesquisa, que "as paralisações na produção e a concessão de férias coletivas não planejadas marcaram o setor industrial a partir de outubro, se ampliaram em novembro e estão na base dessa variação recorde".

Na comparação com novembro de 2007, o número de horas pagas recuou 0,4%, interrompendo um ciclo de 29 meses de taxas positivas e registrou o menor resultado ante igual mês de ano anterior desde novembro de 2005 (-0,6%). Os indicadores para períodos mais abrangentes foram positivos: 2,3% no acumulado do ano e 2,3% nos últimos 12 meses.

DADOS DA INDÚSTRIA SINALIZAM QUE PAÍS CAMINHA PARA RECESSÃO, DIZ ECONOMISTA

13/01/2009 – Gazeta Mercantil

Os dados de novembro da Pesquisa Industrial de Emprego e Salário divulgados hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmam que o País está caminhando para a recessão. A avaliação é do economista-chefe da SulAmérica, Newton Rosa.

Rosa destacou que da maneira como a economia brasileira se comporta diante da crise mundial, "com ajustes muito rápidos e uma brusca parada na produção, até o final de 2009, a taxa de desemprego deve chegar a 10%". Rosa disse ainda não acreditar em uma recuperação para o setor no curto ou no médio prazo. Segundo ele, "em pelo menos mais um ano essa tendência deve persistir."

Para o economista, o recuo de 0,6% no número de empregados da indústria em novembro, ante outubro, é muito significativo. Mesmo que na comparação com novembro de 2007 o resultado seja positivo (0,4%). "A queda confirma que a tendência de crescimento demonstrada pela indústria nos primeiros trimestres de 2008, se reverteu. Assim, quando compararmos os dados deste ano com os registrados no ano anterior, os resultados serão negativos".

Quanto à queda (1,7%) no número de horas pagas, que registrou o maior índice desde o início da série, em janeiro de 2001, e o recuo de 2,7% na folha de pagamentos dos empregados do setor, Newton destacou que elas refletem a apreensão dos empresários que estão reduzindo a produção das indústrias, já acreditando em grandes quedas no consumo.

Na mesma linha, o economista disse que os números negativos divulgados hoje não trouxeram nenhuma novidade. "Os dados da produção industrial apresentados na semana passada (que apontaram queda de 5,2% na produção de novembro) já sinalizavam a queda de emprego e salário no setor. Se a produção cai, o número de empregados também cai", concluiu, reforçando que os índices refletem diretamente o desempenho da produção física, que vem sendo reduzida.

(Carina Urbanin - InvestNews)

GM DISPENSA NO INTERIOR PAULISTA; NA CAPITAL, MAIS SUSPENSÕES DE CONTRATOS

15/01/2009 – Valor Econômico

A semana começou com cortes no setor metalúrgico. A General Motors do Brasil anunciou a dispensa de 744 funcionários da unidade de São José dos Campos (SP), que estavam contratados como temporários. Na sexta-feira passada, a empresa já havia anunciado férias coletivas a 600 trabalhadores e deixado de renovar os contratos de 58 trabalhadores temporários que trabalhavam na unidade.

Em agosto de 2008, a GM contratou 600 temporários para a fábrica de São José dos Campos, com contratos de duração de um ano. A rescisão antecipada obrigará a empresa a pagar a cada trabalhador multa equivalente a 50% do salário. O vice-presidente da montadora no Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, afirmou que, se houver a melhora no cenário econômico e a empresa voltar a contratar, dará prioridade aos funcionários dispensados. "A empresa também mantém a promessa feita no ano

passado de investir US\$ 500 milhões na unidade de São José, onde serão lançados dois produtos que entram no mercado em 2011", afirmou o executivo.

Pinheiro Neto disse ainda que a GM está adotando todas as medidas previstas em lei que sirvam de alternativa às demissões, como férias coletivas, licença remunerada e banco de horas. "Agora estamos mexendo exclusivamente na não-renovação de temporários", afirmou. Na unidade de São Caetano do Sul, em que os funcionários voltam das férias coletivas no dia 19, a empresa mantém 1,5 mil temporários. "Pretendemos usar todo o elenco de alternativas disponível para evitar medidas mais drásticas", afirmou o vice-presidente. Ele negou que a empresa esteja estudando adotar a suspensão temporária dos contratos de trabalho.

Para o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Vivaldo Moreira Araújo, as demissões anunciadas pela GM preocupam, sobretudo pelos reflexos que causam em outras categorias. Para cada emprego gerado pela GM no município são criados outros quatro postos indiretos. "Há risco de ocorrerem em torno de 4 mil demissões de metalúrgicos na região por conta da queda na produção da GM", afirmou Araújo. Para evitar que isso ocorra, o sindicato inicia na manhã de hoje mobilizações na região, cuja base é formada por 45 mil metalúrgicos, sendo 8,8 mil da GM.

Já em Gravataí (RS), a unidade da GM teve as férias coletivas reduzidas em uma semana. As férias que começariam no dia 19, terão início no dia 26 e retorno em 8 de fevereiro. A razão foi a melhora das vendas de carros populares, afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do município, Valcir Ascari. "Lá a GM fabrica o Celta e o Prisma, que foram beneficiados pela nova regra do IPI. A situação de cada fábrica vai depender do mercado", disse Pinheiro Neto. Em São Caetano do Sul não houve anúncios novos de demissões ou de férias coletivas, informou o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Em São Paulo, a empresa de autopeças Indebrás aprovou ontem em assembléia a suspensão temporária dos contratos de trabalho de 90 funcionários, informou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região, Miguel Torres. Hoje, a adoção da medida será votada pelos 600 funcionários da empresa de laminados Armco e pela Delga, de autopeças, que também possui cerca de 600 metalúrgicos. Em dezembro, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as montadoras demitiram 1.968 pessoas.

DEMISSÕES NA GM CAUSAM MAL-ESTAR NA FAZENDA

15/01/2009 – Gazeta do Povo

Causou mal-estar e preocupação no Ministério da Fazenda o anúncio de demissões de trabalhadores temporários da unidade de São José dos Campos da General Motors (GM) do Brasil, um mês após a decisão do governo de reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis para estimular as vendas no mercado interno.

A maior preocupação da equipe econômica é que as demissões, que começam a ganhar força não só na indústria automobilística, alimentem uma onda de pessimismo capaz de contaminar as expectativas de outros setores, que ainda não foram afetados pela crise financeira.

O governo quer evitar que as empresas comecem um movimento generalizado de demissões se antecipando a um cenário econômico pessimista, que não está

configurado. Um cenário nessa direção iria comprometer o crescimento econômico previsto para este ano acima de 3%.

Depois de desonerar o IPI, aumentar o crédito via bancos oficiais para o financiamento de automóveis e liberar linhas de capital de giro do BNDES para as empresas, o governo quer estimular o mercado de veículos usados.

Desde o início da crise, as vendas de usados travaram com a falta de crédito e os preços despencaram. Com esse mercado estagnado, a venda de veículos também não deslança. Ao anunciar a compra de 50% do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deixou claro que a estratégia é ampliar o "funding" para o financiamento de veículos usados.

Para integrantes da equipe econômica, as empresas que estão demitindo agora, há menos de 15 dias do início do ano, estariam se precipitando porque a expectativa é de que o quadro econômico melhore a partir do segundo trimestre. Há quem enxergue nesse movimento uma estratégia de pressão do setor empresarial para conseguir mais ajuda no pacote de medidas, que está sendo preparado pelo Ministério da Fazenda.

Em encontro com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, empresários de vários setores pediram suspensão do pagamento de tributos e também segurança jurídica para os acordos trabalhistas setoriais, que estão sendo firmados entre empresas e trabalhadores para evitar demissões.

GM NÃO RENOVA CONTRATOS DE 744 TEMPORÁRIOS

13/01/2009 – Gazeta Mercantil

A General Motors do Brasil não renovou os contratos de trabalho de 744 funcionários temporários da unidade de São José dos Campos (SP). Segundo o vice-presidente da montadora no País, José Carlos Pinheiro Neto, a dispensa ocorreu em função do alto estoque dos modelos produzidos na fábrica.

O executivo afirmou que a situação dos demais trabalhadores temporários da GM no Brasil dependerá do comportamento dos negócios. "Vamos deixar por conta do mercado. Se houver recuperação, que é o que esperamos, medidas como essa não serão tomadas em outras unidades."

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos disse que vinha esperando essa medida desde que a crise econômica eclodiu e também colocou em dúvida o anúncio da direção da montadora em investir US\$ 500 milhões na unidade. Quanto aos investimentos, o executivo da GM garantiu que todos os recursos estão mantidos no País. A montadora tem programado para os próximos dois anos aportes de US\$ 1 bilhão.

VOLKSWAGEN FECHA ANO COM VENDAS RECORDES NO MUNDO

13/01/2009 – Gazeta Mercantil

O Grupo Volkswagen divulgou que fechou o ano de 2008 com 6,23 milhões de veículos vendidos em todo mundo, crescimento de 0,6% sobre 2007. "Nós cumprimos a promessa: a Volkswagen entregou mais veículos do que nunca, no difícil ano de 2008. Mostra que a estratégia de lançar modelos jovens e atrativos conquistou clientes em todo mundo", disse Martin Wintenborn, presidente do grupo, durante entrevista coletiva no salão do automóvel de Detroit (EUA).

Produção no Brasil

]No Brasil, a Volkswagen produziu 846 mil unidades, num crescimento de 6% em relação a 2007. Com este volume, a VW consolidou a posição da segunda maior montadora do País.

EMPRESA EVITA MULTA DA LEI DE COTAS

13/01/2009 – Valor Econômico

O comprometimento com a capacitação de portadores de deficiência para o mercado de trabalho por parte de algumas empresas tem evitado autuações trabalhistas em função da Lei de Cotas - a Lei nº 8.213, de 1991 -, que determina a reserva de até 5% das vagas para deficientes no quadro de funcionários. O caso mais recente é o da malharia Dudalina, empresa situada em Santa Catarina que, em vias de receber uma multa de R\$ 50 mil por não atingir a cota de 60 portadores, assumiu um compromisso, com o Ministério Público do Trabalho, de investir a mesma quantia em um programa especial de capacitação profissional básica para portadores de deficiência - que durante o treinamento estarão registrados na empresa e recebendo o piso salarial. Apesar de não ficar desobrigada do gasto, dessa forma a empresa impede novas multas, uma das cláusulas do termo de ajustamento de conduta (TAC) fechado com o órgão.

Nos últimos anos, a fiscalização em torno da legislação de 1991 se intensificou - é preciso que 45 mil deficientes sejam inseridos nas empresas brasileiras para que se cumpra apenas as cotas de empresas que já foram alvo de ações do Ministério Público do Trabalho. Somente em Santa Catarina, desde 2002 foram abertos pelo menos 125 procedimentos investigatórios sobre o tema, dos quais 81 deram origem a TACs - segundo o órgão, os acordos resultaram no ingresso de 3.068 pessoas com deficiência no mercado de trabalho do Estado. Na Justiça catarinense há oito ações civis públicas contra empresas que não cumpriram a cota e outras duas ações de execução por descumprimento de termos.

A estratégia da procuradoria do trabalho de fazer com que as empresas invistam na profissionalização de deficientes tem a intenção de combater o argumento, bastante usado pelas empresas, de que não há pessoal capacitado no mercado em número suficiente. No ano passado, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público lançaram um projeto-piloto visando a capacitação em empresas de oito Estados, cujo pioneiro foi o HSBC. De acordo com Ângela Cristina Pincelli, procuradora do trabalho na 12ª Região, em Santa Catarina, o TAC firmado com a Dudalina vem na esteira do projeto do banco. Até agora, a Dudalina, que possui 1.246 funcionários, conseguiu contratar 24 portadores, faltando 36 para que atinja a cota. Pelo TAC, a empresa deve oferecer, até 2011, um programa especial de capacitação profissional básica que servirá tanto para a inserção do trabalhador com deficiência em suas unidades como para a oferta de mão-de-obra preparada para o mercado de trabalho. O curso deve ser trimestral e com dez alunos por turma, que receberão o piso da categoria. Segundo Tetê Barbeto, gerente de RH da Dudalina, já está sendo oferecido um curso de conscientização dos demais colaboradores. "O mobiliário da empresa também está sendo adequado, outra exigência do TAC", diz Tetê.

GOVERNO DETERMINA A INCIDÊNCIA SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO

13/01/2009 – COAD

O Governo Federal, através do Decreto 6.727, de 12-1-2009, publicado no Diário Oficial de hoje (dia 13/1), alterou o Regulamento da Previdência Social e, dentre outras normas, determinou a incidência da contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado.

Veja a seguir a íntegra do Decreto 6.727/2009:

“DECRETO Nº 6.727, DE 12 DE JANEIRO DE 2009

Revoga a alínea "f" do inciso V do § 9º do art. 214, o art. 291 e o inciso V do art. 292 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei no 11.457, de 16 de março de 2007,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam revogados a alínea "f" do inciso V do § 9º do art. 214, o art. 291 e o inciso V do art. 292 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega”

FONTE: <http://www.coad.com.br/>

HOMOLOGAÇÃO: QUITAÇÃO GERAL ENGLOBA DANO MORAL E MATERIAL

13/01/2009 – TST

A quitação geral em acordo homologado judicialmente em reclamação trabalhista, sem qualquer ressalva, atinge todas as parcelas relativas ao contrato de emprego extinto, inclusive pedido de indenização por danos morais e materiais decorrentes de doença profissional constatada posteriormente. Foi este o entendimento aplicado pela Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao caso de um metalúrgico que descobriu ter sofrido perda auditiva somente quando foi recusado em novo emprego devido ao problema. A Primeira Turma acolheu o recurso da KSB Bombas Hidráulicas S.A. e restabeleceu sentença que extinguiu o processo.

O trabalhador alegou a impossibilidade de questionar a indenização por danos morais e materiais na primeira ação ajuizada, pois sequer tinha ciência da sua incapacidade auditiva. De novembro de 1999 a setembro de 2003, ele trabalhou para a KSB como macheiro manual, em contato com máquina trituradora de bolo de areia. Com perda de 30 a 45 decibéis na audição do ouvido direito, comprovada em exame fonaudiológico, o trabalhador afirmou que o equipamento de proteção utilizado era inadequado, obsoleto para obstar a ação do agente agressor (ruído).

A empresa dispensou-o sem justa causa apesar de ser membro de CIPA e ter estabilidade provisória em razão disso. Por meio de acordo, a rescisão foi homologada

em juízo, e nela o trabalhador deu quitação geral, sem ressalvas, das verbas devidas pela empresa. Segundo conta o trabalhador na petição inicial, a empresa, ao dispensá-lo, não fez o exame demissional, obrigatório no caso porque o trabalho era considerado insalubre. Por conta disso, o metalúrgico somente veio a saber da perda auditiva aproximadamente um ano depois da rescisão.

Ao analisar o caso, a 1ª Vara do Trabalho de Americana (SP) acolheu preliminar de coisa julgada levantada pela empresa e extinguiu o processo por entender que o acordo, celebrado em 2003 na Justiça do Trabalho, conferiu plena quitação às questões relativas ao extinto contrato de trabalho. O pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes de doença profissional estaria, de acordo com este entendimento, abrangido pela conciliação anteriormente pactuada.

O trabalhador recorreu, e o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região considerou que não havia coisa julgada quanto à indenização requerida e determinou o retorno dos autos à vara de origem para que julgasse o pedido. Para o Regional, a indenização decorrente de doença profissional, embora vinculada à relação de emprego, possui natureza eminentemente civil. Assim, concluiu que esta matéria não integrou o pedido da reclamação anterior. A empresa, diante da decisão desfavorável, recorreu ao TST.

O relator do recurso de revista, ministro Lélío Bentes Corrêa, considerou o entendimento do TRT da 15ª Região contrariou a Orientação Jurisprudencial nº 132 do TST. A OJ afirma que acordo homologado judicialmente em que o empregado dá plena e ampla quitação, sem qualquer ressalva, atinge não só o objeto da inicial, como também todas as demais parcelas referentes ao extinto contrato de trabalho. Segundo o ministro Lélío Bentes, sendo incontroverso o acordo, "não há como afastar a incidência da coisa julgada".

Processo: RR 1900 /2005-007-15-40.4

ESTADO REDUZ A CARGA TRIBUTÁRIA DE PRODUTOS DE CONSUMO POPULAR

12/01/2009 – COAD

O Governador Roberto Requião, por intermédio da Lei 16.016, de 19-12-2008 (DO-PR de 19-12-2008), reduziu o ICMS de diversos bens de consumo popular, tais como: medicamentos, alimentos, produtos de higiene e eletrodomésticos, entre outros.

Para compensar a perda de receita e atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, a minirreforma aumenta em 2% o ICMS de outros produtos e serviços. A alíquota de ICMS da gasolina e álcool anidro subiu de 26% para 28%. O imposto sobre energia elétrica, telefone, bebidas e cigarros passou de 27% para 29%.

Das alterações das alíquotas, somente a estabelecida para os materiais escolares terá aplicação imediata, pois para os demais produtos, a Lei fixa o mês seguinte ao decurso de 90 dias da data da publicação para início da aplicação, ou seja, a partir de abril de 2009.

A Lei deu nova redação ao artigo 14 da Lei 11.580/96 (Lei Básica do ICMS), que relaciona as alíquotas de ICMS aplicável no Estado.

FONTE: <http://www.coad.com.br/>

RITMO DE IMPORTAÇÃO SURPREENDE ESPECIALISTAS

13/01/2009 – Valor Econômico

Importações de produtos importantes no comércio exterior brasileiro mantêm um ritmo expressivo de alta nos primeiros dez dias do ano, segundo divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Embora o período e o volume de operações sejam ainda muito pequenos para indicar tendências, chamaram a atenção de especialistas, que andam em busca de indícios sobre uma das maiores incógnitas econômicas do país este ano: o comportamento das importações, que vinham crescendo aceleradamente, mas enfrentarão, em 2009, quedas de preços e na demanda interna por mercadorias.

Nas duas primeiras semanas de janeiro, com seis dias úteis, as importações superaram as exportações em US\$ 12 milhões, um pequeno déficit atribuído pelo governo à compra de uma aeronave, no valor de US\$ 150 milhões. Sem essa operação, a balança comercial teria registrado um superávit de US\$ 138 milhões, nota a Secretaria de Comércio Exterior. Devido à compra, as importações de "aeronaves e peças" pularam de US\$ 9 milhões diários em janeiro de 2008 para US\$ 37,5 milhões diários nos primeiros dez dias do ano. Um aumento de 315%. Outros itens importantes também tiveram aumento expressivo.

A importação de produtos siderúrgicos aumentou em quase 25% quando comparadas as médias diárias do início do ano (US\$ 23 milhões) com as de janeiro de 2008. As compras de leite também aumentaram 115% e as de bebidas e álcool, 55%, mas, nesses itens, é muito pequena, ainda, a média de importações diárias, bem abaixo de US\$ 2 milhões. As compras anuais de leite e derivados ultrapassam US\$ 250 milhões.

Os principais produtos de importação, equipamentos mecânicos e elétricos e eletrônicos, tiveram quedas nos valores médios, em relação ao ano passado. "A importação ainda é a grande dúvida de 2009", comenta um dos principais analistas do setor, o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro, que diz ser muito cedo para previsões. Ele confessa ter sido surpreendido pela queda de 11,9% na média diária do total das importações neste início do ano. "Achei que vinha mais forte."

As exportações, em valor, caíram ainda mais, 18,3% quando comparada a média diária dos primeiros dias úteis do ano com a de janeiro de 2008. Além do açúcar, com aumento de 129,3%, quase 10% acima dos valores de dezembro, poucos dos principais itens de exportação tiveram crescimento em relação ao início do ano passado: minérios (14%), soja (19,5%), papel e celulose (16%). É cedo para falar em tendências, mas, neste começo do ano, mais uma vez as commodities estão sustentando a balança comercial", diz Castro, apontando a queda na média do saldo de comércio em produtos manufaturados, que ficou quase a mesma da média para produtos básicos, entre US\$ 180 milhões e US\$ 190 milhões.

Apesar disso, Castro diz acreditar ser possível que a queda nas importações se acentue durante o ano, com a retração da demanda e dos preços do combustível, a ponto de permitir um superávit, em 2009, maior do que estimam os analistas. O Banco Central prevê um superávit de US\$ 17 bilhões em 2009, mas há projeções no mercado que apontam para até US\$ 13 bilhões.